

Mulheres coloniais no novo romance português

Isabel Ferreira Gould

University of Notre Dame



A preferência nítida pelas temáticas da família e da mulher colonial é uma tendência do novo romance português de revisitação africana que, deste modo, se propõe examinar a identidade do Portugal colonial e pós-imperial. *Partes de África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998) de Helder Macedo, *O Senhor das Ilhas* (1994) de Maria Isabel Barreno, *O Esplendor de Portugal* (1997) de António Lobo Antunes, *A Árvore das Palavras* (1997) de Teolinda Gersão e, mais recentemente, *Lourenço Marques* (2002) de Francisco José Viegas, *A Casa das Rugas* (2004) de Eduardo Bettencourt Pinto, e *A Donatária* (2004) de Sérgio Ferreira são obras, todas elas publicadas nos anos 90 e na viragem do milénio, que têm optado por ficções do império onde as relações de género, o feminino, os laços e as tensões familiares, bem como a abordagem dos sentimentos, são explorados de forma crítica e penetrante. *O Senhor das Ilhas* de Maria Isabel Barreno é, entre os títulos mencionados, aquele que inscreve a experiência colonial no feminino de forma mais militante, deixando perpassar na ficção o ideário feminista da escritora.

Maria Isabel Barreno é das vozes mais criativas e prolíficas da literatura portuguesa contemporânea, tendo sido aclamada pelo público e pela crítica desde 1968, data de publicação do seu primeiro romance intitulado *De Noite as Árvores São Negras*. A projecção literária de Maria Isabel Barreno deve-se principalmente às *Novas Cartas Portuguesas* (1972), livro escrito em parceria com Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa nos últimos anos do Estado Novo. Apesar da temática feminina ser dominante, não apenas nesta obra mas em todas as da autora, convergiam nas *Novas Cartas Portuguesas* assuntos tão diversos como a denúncia da falsa epopeia que era a guerra colonial em África, o expatriamento, a emigração, e a repressão social e política em Portugal. Explorando com frequência pontos de vista femininos, Maria Isabel Barreno “tem delimitado o

seu território através de um discurso formalmente inovador e assente quer numa atenta observação sociológica da situação das mulheres na sociedade em que vivemos, desmontando os seus padrões de conduta, quer na ocasional atracção pelos domínios do fantástico” (AMARAL, 2004, p. 77).

De há muito escritora consagrada nas letras portuguesas, Maria Isabel Barreno vem consolidar a sua personalidade literária com *O Senhor das Ilhas*. Publicado em 1994, o romance encarrega-se de fazer ressuscitar a história de várias gerações de uma família colonial portuguesa, o clã Martins. Trata-se de uma crónica de família e de um romance histórico sobre a colonização de Cabo Verde durante os séculos XVIII e XIX. Como o título indica, a obra presta especial atenção à figura do colono, o patriarca Manuel António Martins, que, na realidade, era trisavô de Maria Isabel Barreno.

Como refere Maria de Fátima Marinho em *O Romance Histórico em Portugal*, “*O Senhor das Ilhas* é [...] um romance sobre a História de Cabo Verde, na sua íntima ligação com a de Portugal, História contada através da vida, costumes, sentimentos e afazeres de uma família, que poderemos considerar como paradigmática de um tempo, lugar e classe social demarcados” (1999, p. 167). Esta aceitação da parte da crítica portuguesa é igualmente partilhada pela crítica do próprio arquipélago. “/S/em desvirtuar e mutilar uma coisa e outra” – argumenta o historiador António Leão Correia, no prefácio à edição de *O Senhor das Ilhas* publicada no arquipélago em 1998 – esta obra inaugura precisamente o género do romance histórico nas ilhas caboverdianas (p. ii). Com efeito, declara António Leão Correia que “sendo a história de Cabo Verde de grande potencialidade ficcional causa estranheza não se ter produzido no arquipélago, até data recente, romances históricos. *O Senhor das Ilhas* da escritora Maria Isabel Barreno é por isso para a literatura de Cabo Verde, a inauguração de um género, a abertura de um novo território” (p. iii). “Depois deste livro [...] os escritores caboverdianos, ou outros, se sentirão tentados a pôr em cena o rico e efervescente passado caboverdiano. Por isso este livro é duplamente histórico” (p. iii).

O Senhor das Ilhas oscila entre a crónica romanceada, o romance histórico e o livro de memórias. Obra com um estatuto de binacionalidade literária, pertencendo simultaneamente à literatura portuguesa de temática africana e à literatura caboverdiana sobre a colonização do arquipélago, *O Senhor das Ilhas* reflecte ficcionalmente sobre um conjunto de questões: como se definem os colonos nascidos nas ilhas e como são vistos pelos portugueses do reino? Como é vivida a sua duplicidade identitária de seres colonizadores

e de sujeitos subalternos? De onde discursam? E, qual o papel dos espaços coloniais na auto-representação dos seus pontos de vista?

Ora esta complexa saga familiar vem significativamente rever a identidade colonial a partir do ponto de vista dos filhos nascidos no império (FERREIRA, 2002: 131). São eles os irmãos Marta e Manuel Maria (filhos de Maria Josefa e de Manuel António Martins), ambos autores ficcionais da biografia do pai defunto e guardadores das memórias da família e de Cabo Verde. A “sua obra,” biografia ou memorial ficcional, não é apenas escrita a partir de uma experiência ultramarina. Ela representa já, e de forma precoce para o “seu tempo,” a afirmação de uma identidade insular que pertence a um contexto africano e que reflecte à distância sobre a identidade portuguesa metropolitana. A narrativa ficcional dos filhos inscreve, portanto, o papel de África e dos africanos na construção da identidade colonizadora, anulando, deste modo, a imagem do reino como fonte única irradiadora de influências. Neste sentido, o romance de Maria Isabel Barreno difere, por exemplo, do *Partes de África*, de Helder Macedo que, como Marisa Corrêa Silva sublinha, “não procura desvendar a África, mas, sim, desvendar Portugal e um olhar sobre África” (SILVA, 2002, p. 181-183).

O *Senhor das Ilhas* recorre a várias estratégias para representar a identidade colonial. Mencionarei aqui apenas duas: a narrativa de viagem para relatar a consciência de uma subalternidade colonial e o sentimento de pertença à colónia; e a história de amor como narrativa do encontro colonial, onde se afirma a duplicidade identitária da mulher portuguesa.

Debrucemo-nos sobre a primeira dessas estratégias. Durante a travessia de barco de Cabo Verde ao reino, os filhos iniciam a biografia do falecido pai a pedido da figura materna, Maria Josefa. A narração ficcional das aventuras e dos infortúnios do colono é feita em primeira mão pelo irmão embora seja corrigida pela irmã, que não intervém apenas na escrita das memórias de família, mas também reivindica o seu papel de elemento actuante na colonização das ilhas de Cabo Verde. A biografia do colono é, todavia, sujeita a desvios e contaminações por parte dos narradores que se autobiografam no texto escrito em viagem. A biografia paterna transforma-se em narrativa de viagem permitindo-nos ver como os filhos do império imaginam o (re)encontro com as origens paternas e como Portugal imagina os seus *Outros*. É através da inscrição do contacto com o português de Lisboa que é possível detectar a natureza das suas meditações e perplexidade, pontuadas por questões sobre a imagem recíproca dos portugueses de aquém e

além-mar e por sentimentos de nostalgia e pertença ao *nostos* insular:

Chego com minha irmã a Lisboa. Encontramos no estuário do Tejo, sempre bonito, azul e inesperado, como um mar que se abre quando esperávamos o conchego apertado dum porto urbano. Pergunto-me se estas larguezas do Tejo frente a Lisboa terão alguma coisa a ver com o carácter dos seus habitantes: franzino nos actos concretos, amplo nos desejos. [...] Apercebo-me de que imaginam as ilhas inteiramente galgadas e varridas pelas vagas oceânicas, que nos imaginam agarrados aos rochedos como lapas, e que simultaneamente suspeitam selvas densas e palmares, animais monstruosos, algures, talvez também entre as espuma das ondas. (BARRENO, 1994, p. 93-94).

A saudade de Cabo Verde torna-se cada dia maior, enorme. A propósito de um cheiro, ou de uma cor, a propósito de nada, rasgam-se no meu espírito visões instantâneas e inteiras, como se às ilhas me transportasse súbito milagre, e eu me encontrasse numa praia, num cimo de um monte ou num barco. Uma saudade palpável, espessa mesmo, como se até aqui eu tivesse arrastado a alma de todo o arquipélago. Marta também se desanima na nossa estância, nas nossas caminhadas por salões e pedreiras. Recorda sua indignada vinda a Lisboa, uns sete anos anos. Nunca mais quisera regressar, desde então. Só agora, por incumbência. [...] Confessa que como eu se sente envolvida pelas paisagens que deixámos no meio do mar. E acrescenta que é a saudade ou o espírito de nosso pai que nos acompanha, e nos envolve como cortina material, impedindo-nos de ver Lisboa e suas gentes, apenas nos deixando vislumbrar vultos à nossa volta que nos parecem títeres. (BARRENO, 1994, p. 94).

A segunda estratégia, construída em torno da fantasia de amor para descrever o encontro colonial, anuncia, por sua vez, a duplicidade identitária da mulher portuguesa. O recurso a fantasias de amor e a metáforas matrimoniais – que Susanne Zantop definiu como “*stories of sexual conquest and surrender, love and blissful domestic relations between colonizer and colonized, set in colonial territory, stories that made the strange familiar and the familiar ‘familial’*” (ZANTOP, 1997, p. 2) – é uma estratégia fundamental da literatura colonial, sobretudo da narrativa escrita a partir do século XVII (ZANTOP, 1995, p. 274), que, desse modo, projecta uma imagem eufórica do encontro entre continentes. Muito embora perpetue a idéia de um encontro pacífico, compensatório e regenerador, em *O Senhor das Ilhas* a fantasia do romance colonial assume uma especificidade muito própria. Na obra, o encontro dá-se primeiro entre o colono e a mulher portuguesa nascida nas ilhas, que descobre o naufrago na praia entre mastros partidos e velas rotas do barco desviado da sua rota original:

Correu ela à praia para examinar por si os desmaiados náufragos, o esfarrapado barco oscilando nas ondas a poucos metros da rebentação. Diziam-lhe os escravos que toda a prudência era pouca, e faziam olhos de medo, mostrando muito o branco em redor das íris escuras. Cuidado minina pode ser pirata [...]. (BARRENO, 1994, p. 28).

Mesmo nos farrapos e nas privações se lê o berço dum homem, e assim Maria Josefa logo distinguiu Manuel António Martins como comandante, os outros como subordinados, e por essa ordem lhes destinou os quartos. Ainda ele não recobrava os sentidos, e já ela se apaixonara por ele, com a agilidade emocional dos quinze anos. Manuel António, que tinha então vinte e dois, foi igualmente rápido, ajudado pelas circunstâncias. Abriu os olhos e viu junto de si, ansioso e suave, um belo rosto cor de marfim, com imensos olhos escuros e doces. E apaixonou-se: nesse primeiro olhar que lançou a Maria Josefa viu a maior perfeição que jamais encontrara. Sentiu a brancura fresca dos lençóis, a brisa da ventarola manejada pelo escravo. Estou no paraíso, pensou, e já desmaiava outra vez; mas para as trevas dessa renovada inconsciência levava agora o rosto ovalado de Maria Josefa. (BARRENO, 1994, p. 29-30).

Só posteriormente é que tem lugar o encontro entre o colono e as mulheres africanas das ilhas, sendo este descrito através de fantasias de atracção erótica pelas escravas e pelas ilhas femininas e sexuadas, pondo a obra em cena o imaginário sexualizado do império. O que me parece importante realçar é que a história do naufrágio de Manuel António Martins (capítulo 2) e a descrição de como Maria Josefa descalça descobre o amor (capítulo 3) são importantes chaves para entrada na obra uma vez que atribuem à mulher colonial portuguesa o papel de filha da terra, de nativa “descoberta ao amor” e, simultaneamente, de agente civilizadora que “descobre” o português moribundo e o introduz no *colo* (BOSI, 1992, p. 11), ou seja, no regaço e na terra que é a colônia.

Uma contribuição fundamental de *O Senhor das Ilhas* é o facto de nele se rejeitar a ideia de colônia como espaço primordialmente masculino. O projecto colonial e a política da colonização em família são colocados em cena através das acções de mulheres colonas e de mulheres escravas. O livro descreve o papel da *donas* (SILVA, 2002), ou seja, da elite feminina portuguesa nascida nas ilhas, e detem-se particularmente nos laços estabelecidos entre mulheres portuguesas e mulheres africanas na esfera doméstica. O feminino é, assim, abordado através das temáticas da cumplicidade, da aliança e da negociação. A mulher colonial de classe baixa não tem, contudo, existência na obra. Entre os romances anteriormente referidos, *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão, é aquele que mais incisivamente explora a experiência colonial feminina a partir da

perspectiva da mulher pobre, colocando a questão se a mulher plebeia e orfã, oriunda de um Portugal rural e salazarista, teve de facto oportunidades em África de ascender socialmente.

Com *O Senhor das Ilhas*, Maria Isabel Barreno insere a mulher portuguesa na fantasia do encontro colonial como “romance de amor,” concedendo-lhe um lugar indubitavelmente problemático de figura subalterna e de figura civilizadora no espaço da casa. Verdadeira protagonista do romance, a mulher portuguesa é simultaneamente colona e nativa, muito próxima de África e das mulheres africanas. Não se trata tanto de ver como *O Senhor das Ilhas* representa a África e o *Outro* – apesar dos africanos estarem presentes, sobretudo as mulheres e os filhos mestiços ilegítimos, “os obscuros irmãos” (BARRENO, 1994, p. 118), de acordo com a descrição de Manuel Maria e Marta –, mas de pensar as configurações que a mulher portuguesa de além-mar assume enquanto ser “híbrido.” Quem é Maria Josefa, a matriarca da família, mulher evangelizadora e reprodutora da nação imperial? Quem é Marta, a filha narradora e cronista, que corrige a escrita do irmão? Como é que ambas se colocam no império colonial? Como é que a experiência colonial as transforma e faz delas mulheres simultaneamente colonas e filhas da terra? Como é que ambas negociam a sua identidade entre Cabo Verde e Portugal? O que significa para Maria Josefa a união com o colono recém-chegado: uma aproximação ao reino ou uma forma de assimilação do português à família colonial?

Muito embora constitua uma área negligenciada nos estudos sobre a colonização, a representação da mulher no espaço do império assume em *O Senhor das Ilhas* um lugar de destaque. Particularmente fecundas são as descrições das relações entre Maria Josefa, as várias mulheres da família, e as mulheres africanas no espaço da casa, convertido em símbolo de tensão, confronto e resistência. É no seio da família e na esfera doméstica, no sentido proposto por Rosemary Marangoly George, que a identidade da mulher colonial portuguesa se constrói:

As a primary site at which modernity is manufactured and made manifest, the domestic serves as a regulative norm that refigures conceptions of family from a largely temporal organization of kinship into a spatially manifest entity. [...] Not only is domesticity understood as a manifestation of larger national and imperial projects, but it is also employed as a means of critiquing these unwieldy ideological structures from within. (GEORGE, 1998, p. 4).

Como Karen Hansen assinala, o conceito de doméstico é um conceito historicamente construído, associado a uma função civilizadora, indissociável dos movimentos de colonização europeia, que

consigo levaram noções de domesticidade inerentes à própria ideia de império colonial, e que foram, por sua vez, culturalmente redefinidas nos novos espaços de encontro e confronto (1992, p. 2-4).

O Senhor das Ilhas investe na imagem da casa como metáfora da colônia e da nação – enquanto “microcosmo onde se encena a construção da nação” (BUESCU, 1999: 29) – e como metonímia da família. Como afirma Helena Buescu: “é a casa como metonímia da família, grupo social, que sustenta o seu entendimento como metáfora: e isto significa que a casa não é só, ou não é tanto, um espaço físico como um espaço social, o que equivale a dizer um espaço simbólico e de construção simbólica” (1999, p. 29). A “casa sempre cheia de gente onde falávamos uns com os outros com a intimidade de quem está no mercado discutindo assuntos triviais” (BARRENO, 1994, p. 27) que Manuel Maria descreve, surge, por um lado, como espaço colonial onde se denotam influências culturais recíprocas e se entrecruzam destinos humanos (BARRENO, 1994, p. 108). Por outro, o doméstico representa, no caso específico de Manuel António e Maria Josefa, o lugar de oposição, tornado lugar de desencontro e “árduas alianças” no que diz respeito à edificação da família, encontrando-se o centro das disputas nos escravos. (BARRENO, 1994, p. 118).

Se, como sublinha Rosemary Marangoly George, a casa é o espaço onde se constrói a identidade racial e moral do colono (1998, p. 57), em *O Senhor das Ilhas* o doméstico evidencia a crise de identidade da família colonial patente na desunião dos pais e da família (BARRENO, 1994, p. 270), no conflito entre pais e filhos, e nas diferentes visões do mundo e do projecto colonial. A Casa Martins configura, assim, uma pluralidade de vontades, valores e comportamentos na colônia, sugerindo o oposto de um espaço pacificador, onde, ao invés, se reencenam a partir do seu interior as fronteiras e divisões entre colonos, e entre colonos e africanos. Mas se a imagem da divisão preside à construção da casa portuguesa da família Martins, a essa imagem cabe também estruturar o poder familiar, concentrando-se Manuel António no governo das ilhas e Maria Josefa no “fazer do lar,” e no governo da casa, como as suas palavras indicam: “a sua casa é tão difícil de governar como o arquipélago, dizia minha mãe; para atender ao governo deste, o senhor abandonou por completo o governo daquela” (BARRENO, 1994, p. 295).

Espaço de convivência entre portugueses e africanos, a casa é o lugar onde Maria Josefa evangeliza os escravos, “acrescentando a este cristianismo austero e regulado o seu toque de bondade, ensinando o catecismo aos mais aptos, aos mais próximos” (BARRENO,

1994, p. 29). É através da perspectiva irónica do cónego Miranda que melhor vemos, no entanto, descrita a missão da Casa Martins: “na casa Martins se cumpriam amplamente os mandamentos de Deus e os preceitos de Sua Madre Igreja, não só o ‘crescei e multiplicai-vos’, como a evangelização dos gentios” (BARRENO, 1994, p. 158). No que diz respeito à educação dos escravos, seria o mesmo cónego Miranda a opor-se a Maria Josefa, declarando: “De que lhes serve a educação, acrescentou, se a sua missão é obedecer cegamente ao seu senhor? Ensinar a ler aos escravos traz um grande perigo, senhora Dona Maria Josefa. O perigo de que eles julguem que podem pensar com suas cabeças” (BARRENO, 1994, p. 159).

Lugar onde afluem conotações de resistência, a casa materna afigura-se como um espaço de liberdade e de afirmação da identidade de Maria Josefa, que se estabelece na sua relação com África, mostrando como as vidas das mulheres portuguesas se cruzavam com as das escravas. É através da sabedoria e dos conselhos africanos, sobretudo de Cremilde, que Maria Josefa se mantém “senhora do tempo” (BARRENO, 1994, p. 152) e se autonomiza no governo da fertilidade e da vida familiar:

Esta [Cremilde] insistia que filho feito sem prazer era filho triste e com pouca vontade no mundo; insistia também que Manuel António deveria encontrar em Maria Josefa aquilo que procurava nas escravas. Conseguiu que Maria Josefa lhe confessasse, envergonhada, que se limitava a ficar quieta, num coito passivo [...]. Aconselhou-lhe que passasse a governar o tempo, governo que deveria ser sempre das mulheres, e que exigisse algum descanso contra a genitalidade rotineira e eficaz de Manuel António. [...] Dizia que só assim nasciam filhos machos vivos e fortes, com vontades guerreiras. [...] Cremilde acreditava que o carácter das pessoas se devia principalmente à posição de seus pais na hora da concepção. (BARRENO, 1994, p. 106).

Depois de treze anos moles, Maria Josefa instalou a maternidade numa península bem arrumada da sua vida, num canto de sua geografia, em área relativamente lateral, embora visível. Filhos, refeições, lições, correrias, tudo isso foi arrumado numa ala lateral da casa, especialmente destinada às crianças, regida superiormente por Cremilde, regida em seguida pelas várias outras amas e suas ajudantes, todas benfezejas como fadas (BARRENO, 1994, p. 108).

O papel das mulheres africanas é sobejamente influente na construção da casa e da identidade da mulher colonial portuguesa. Referindo-se à acção africana na esfera doméstica como “reconversão” (BARRENO, 1994, p. 107) dos hábitos da mulher colona portuguesa, o romance mostra que, com Cremilde, Maria Josefa aprendia a organizar o mundo, a viver “o prazer do mundo” através da “afirmação do poder da vida”:

Esta [Cremilde] mostrava-lhe todos os dias o prazer do mundo. Até a luta contra maus presságios e feitiços era, em Cremilde, afirmação do poder da vida. Sem raciocínios deslizou pois Maria Josefa para sua nova confrontação com as coisas e os seres à sua volta. Descobriu instintivamente que a grande dor da vida provém da tentativa absoluta de racionalização do mundo, e só usava essa racionalização com parcimónia, quando necessário, como antídoto para outras dores instaladas. (BARRENO, 1994, p. 107).

Se as acções de Maria Josefa testemunham, por um lado, a necessidade de civilizar e evangelizar os africanos na esfera íntima do império, por outro lado, e como Patrícia Ferraz de Matos argumenta em *As Côres do Império*, elas aludem paradoxalmente à necessidade de se proteger os usos das populações nativas (MATOS, 2006, p. 253). No romance em análise, os usos e costumes africanos são representados como elementos indispensáveis à elevação e emancipação da mulher portuguesa no império.

Verdadeiro hino à condição da mulher além-mar, sendo o materno um tema central na obra, o livro revisita o percurso da família Martins através de temáticas tão vastas como a autonomia do feminino na colónia, o casamento, o celibato, a fertilidade e a ilegitimidade, que dão expressão à vida no império que o narrador-filho descreve através das palavras da mãe:

As mulheres não têm tempo para sonhar, respondia-me, a vida passa por elas, em cada instante, a vida dos filhos alojados no seu corpo e no seu coração, a vida do marido, a vida dos outros; as mulheres são uma encruzilhada de vidas e têm que se manter acordadas a todas essas vidas que passam em si. (BARRENO, 1994, p. 18).

Em *O Senhor das Ilhas*, a casa colonial portuguesa representa menos um espaço de exclusão e de assimilação forçada do que um lugar de conflito, sobretudo entre colonos. É precisamente o estatuto subalterno e a duplicidade identitária da mulher portuguesa que permitem que ela mantenha uma relação íntima com a África, que se deixe reconverter e misturar nos destinos africanos. Nesta casa idealizada como espaço de convivência entre elites femininas portuguesas oriundas das ilhas e nativos são, no entanto, inaudíveis os murmúrios de vozes africanas excluídas. Maria Isabel Barreno, com este romance sobre a experiência colonizadora no feminino, proporciona-nos uma leitura lúcida, sagaz e crítica do Portugal colonial e dos espaços da identidade cultural portuguesa.

Referências

AMARAL, Fernando Pinto do (Coord.). *Narrativa. Literatura portuguesa do século XX*. Lisboa: Instituto Camões, 2004.

- ANTUNES, António Lobo. *O esplendor de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- BARRENO, Maria Isabel. *De noite as árvores são negras*. Lisboa: Edições Europa-América, 1968.
- _____. *O Senhor das ilhas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994; Praia: Centro Cultural Português, 1998.
- BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa da Horta; COSTA, Maria Velho da Costa. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: Editorial Futura, 1974 (1972).
- BOSI, Alfredo. *Dialéctica da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRINKER-GABLER, Gisela, ed. *Encountering the Other(s)*. New York: State University of New York Press, 1995.
- BUESCU, Helena Carvalhão. A casa e a encenação do mundo. In: SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- CORREIA, António Leão. Prefácio. In: BARRENO, M. I. *O Senhor das ilhas*. Praia: Centro Cultural Português, 1998.
- FERREIRA, Isabel A. Maria Isabel Barreno's "O Senhor das ilhas": memory and writing at the threshold. *Portuguese Literary & Cultural Studies 8/Cape Verde, Language, Literature & Music* (2002). p. 125-137.
- FERREIRA, Sérgio. *A Donatária*. Lisboa: Plátano Editora, 2004.
- GEORGE, Rosemary Marangoly (Ed.). *Burning down the house. Recycling Domesticity*. Boulder: Westview, 1998.
- GERSÃO, Teolinda. *A árvore das palavras*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- HANSEN, Karen T. Domesticity in Africa. In: HANSEN, Karen T. (Ed.). *African Encounters with Domesticity*. New Brunswick: Rutgers U. Press, 1992.
- MACEDO, Helder. *Pedro e Paula*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- _____. *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.
- MARTINHO, Fernando J.B., coord. *Literatura Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Instituto Camões, 2004.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- PINTO, Eduardo Bettencourt. *A Casa das Rugas*. Porto: Campo das Letras, 2004.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.
- SILVA, Marisa Corrêa. *Partes de África*. Cartografia de uma Identidade Cultural Portuguesa. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- SILVEIRA, Jorge Fernandes da (Org.). *Escrever a casa portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- VIEGAS, Francisco José. *Lourenço Marques*. Porto: Asa, 2002.
- ZANTOP, Susanne. *Colonial fantasies. Conquest, Family, and Nation in Precolonial Germany, 1770-1870*. Durham: Duke University Press, 1997.
- _____. Domesticating the other: European Colonial Fantasies, 1770-1830. In: BRINKER-GABLER, Gisela. (Ed.). *Encountering the other(s)*. New York: State University of New York Press, 1995.